

Estudo Técnico Preliminar 31/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 085000282052024-14

2. Descrição da necessidade

2.1 A contratação de agente de integração é medida que se faz necessária visando facilitar o acesso dos estudantes às vagas de estágio disponibilizadas pela **SR/PF/SP e suas delegacias descentralizadas**, bem como a comunicação com as instituições de ensino superior.

2.2. Os estagiários atuam como importantes auxiliares nas tarefas cotidianas dos órgãos, contribuindo para maior rapidez nas tarefas desempenhadas. Além disso, os estagiários trazem ideias e conhecimentos novos e atuais, debatidos em ambiente universitário, auxiliando na “oxigenação” das organizações.

2.3 Por outro lado, o estágio, para os estudantes, possibilita contato direto com o campo de trabalho escolhido, dando-lhes visão do contexto organizacional e ajudando-o na sua formação e desenvolvimento. O estágio serve como instrumento de integração, aperfeiçoamento técnico, cultural e de relacionamento humano, complementando o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e facilitando seu ingresso futuro no mercado formal de trabalho.

2.4 As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, nos termos do art.5º, §1º, da Lei nº 11.788 de 25/09/2008, *in verbis*:

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º (...)

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

2.5 Em complemento, a Instrução Normativa/SGP/SEDGG/ME nº 213, de 17/12/2019, reforça sobre a importância da contratação de Agente Integrador para atuar como elo de interseção. A referida IN estabelece os seguintes aspectos a serem observados:

Art. 9º - Os órgãos e entidades poderão oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

(...)

II - ofertar instalações que tenham condições adequadas de propiciar ao estagiário o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social e profissional;

(...)

Art. 11 - Os órgãos ou entidades podem recorrer aos serviços de agentes de integração públicos ou privados para atuarem como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

Parágrafo único - Para fins desta Instrução Normativa os agentes de integração públicos ou privados são entidades que fazem a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e o órgão ou entidade, inserindo estudantes no ambiente do mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes.

(...)

Art. 24 - Para a execução do disposto nesta Instrução Normativa, caberá às unidades de recursos humanos:

I - articular as oportunidades de estágio em conjunto com as instituições de ensino ou agentes de integração.

2.6 Assim, considerando a relevância da presente demanda, bem como as limitações da Administração, a SR/PF/SP, em consonância com o estabelecido na legislação acima transcrita, carece de parceria com entidade especializada para atuar na condução dos procedimentos necessários à viabilização da concessão e no acompanhamento dos estágios supervisionados.

2.7 A condução dessa política pública, por meio de uma atuação tripartite, entre este Órgão como parte concedente, a instituição de ensino e o agente integrador, é o que assegura que o objetivo primordial seja alcançado, isto é, que se cumpram as diretrizes estabelecidas na legislação vigente pela busca de um adequado amparo ao estudante, propiciando a este um aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, nos termos do § 2º, Art. 1º da Lei nº 11.788/2008.

2.8 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante ou os Estagiários, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.9 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SETOR DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP/SR/PF/SP	EVANDRO GIMENEZ SERRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Vistoria

4.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.5. Demais requisitos:

4.5.1. Os requisitos da contratação abrangem também os seguintes:

4.5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.5.1.2. duração inicial do contrato de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma da Lei nº 14.133, de 2021;

4.5.1.3. serviços de agentes de integração, para fazer a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e a Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo, inserindo estudantes no ambiente do mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes;

4.5.1.4. o estágio concedido é o do tipo não obrigatório e será remunerado;

4.5.1.5. a fixação da carga horária do estágio em seis horas diárias e 30 horas semanais.

4.5.1.6. o valor da bolsa-estágio e auxílio transporte que serão concedidos ao estagiário são fixados, atualmente, pelos Anexos I e II, da Instrução Normativa SGP/SED/ME nº 213, de 17 de dezembro de 2019;

4.5.1.7. o contrato de estágio não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública, inclusive empregatício, e dar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio - TCE;

4.5.1.8. a realização do estágio observará:

I - a celebração do Termo de Compromisso de Estágio - TCE entre o estudante, a parte concedente de estágio e a instituição de ensino;

II - a matrícula e frequência regular do estudante, atestados pela instituição de ensino, em curso de educação superior; e

III - a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no TCE;

4.5.1.9. o estagiário bolsista não deve possuir relações geradoras de incompatibilidade na forma do disposto na Portaria DG/PF nº 173/2007, de 15 de maio de 2007;

4.5.1.10. a distribuição das vagas entre estagiários de nível superior nas modalidades graduação fica a critério da contratante;

4.5.1.11. a duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, salvo quando se tratar de estagiário com deficiência, que poderá permanecer no mesmo órgão ou entidade até o término do curso, conforme art. 21, da Instrução Normativa SGP/SED/ME nº 213, de 17 de dezembro de 2019;

4.5.1.12. do número efetivo de estagiários contratados, 10% (dez por cento) das vagas são reservadas aos estudantes cuja deficiência seja compatível com o estágio a ser realizado, nos termos do §5º, do art. 17, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e 30% (trinta por cento) reservadas aos estudantes negros, nos termos do Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018;

4.5.1.13. possível ocorrência de transição dos estagiários atualmente contratados para a nova contratação, desde que seja assinado novo Termo de Compromisso de Estágio e a soma do período de estágio não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos, conforme disposto na Lei nº 11.788/2008;

4.5.1.14. contratação de seguro contra acidentes pessoais para cada estagiário, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme estabelecido no TCE;

4.5.1.15. todas as etapas de realização do estágio, desde a seleção até a conclusão das atividades, obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Instrução Normativa SGP/SED/ME nº 213, de 17 de dezembro de 2019, no Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018, e nas demais normas aplicáveis ao estágio;

5. Levantamento de Mercado

5.1 A alternativa à contratação atual seria a própria SR/PF/SP efetuar o trabalho que o agente de integração fará, promovendo então a divulgação das vagas junto a universidades, recebendo os currículos, fazendo a triagem de candidatos, marcando entrevistas, providenciando e analisando os documentos da contratação e desligamento, atuando junto às universidades para a assinatura dos Termos de Compromisso de Estágio, fazendo substituição de estagiários etc.

5.2 Trata-se, como se observa, de trabalho extenso e detalhado, que demandaria conhecimento profundo da lei específica, estrutura, processos e recursos humanos da SR/PF/SP, num cenário atual de redução crescente do número de servidores, por ausência de concursos públicos nos últimos anos e grande número de aposentadorias.

5.3 Desta forma, a opção pela contratação de agente de integração é a mais vantajosa, pois permitirá que a SR/SR/PF/SP dedique mais recursos humanos às áreas-fins do órgão. Além disso, o agente tem as seguintes vantagens:

5.3.1 Tem mais eficiência no processo, devido à experiência na área;

5.3.2 Possui amplo acesso às instituições de ensino;

5.3.3 Está atualizado sobre as leis que regem o setor.

5.4 O artigo 5º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, estabelece que “as instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.”

5.5 Em pesquisa de preços realizada mostrou haver diversas empresas que atuam com a prestação deste serviço e que participam de licitações, tais como: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA (CIEE), CIDE – Capacitação, Inserção e Desenvolvimento, LINK ESTÁGIO AGENTE DE INTEGRAÇÃO e Super Estágios - Super Aprendiz.

5.6 Esta grande competitividade torna possível a obtenção de um preço justo e vantajoso para a Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A presente contratação deverá atender à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudantes.

6.2 Deverá fornecer a empresa contratada no mínimo os seguintes serviços:

- Banco de dados de estudantes no estado de São Paulo;
- Elaboração do Termo de Compromisso de Estágio;
- Seguro de Acidentes Pessoais (24 horas);
- Acompanhamento da vigência dos Termos de Compromisso de Estágio;
- Relacionamento com as Instituições de Ensino;
- Assessoria técnica;
- Processo Seletivo;
- Atendimento personalizado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Nos termos do Art.7º da IN n.º 213/2019, o quantitativo de estagiários nos órgãos e entidades corresponderá, no máximo, a 8% (oito) da sua força de trabalho.

7.2 Assim, considerando que atualmente a força de trabalho da Superintendência de Polícia Federal em São Paulo (UPAG 181) é de 1.738 vagas ativas, estima-se que a quantidade a ser contratada será de 139 estagiários, observada a dotação orçamentária.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 94.508,88

8.1 Após a realização da pesquisa de preço de mercado, o valor estimado é de um valor unitário de R\$ 56,96 por vaga/estagiário efetivo, com valor mensal estimado de R\$ 7.917,44, perfazendo estimativa anual de R\$ 95.009,28.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Mesmo as vagas estando distribuídas ao longo de todo o Estado de São Paulo, pretende-se firmar um único contrato, a ser gerido e fiscalizado administrativamente pela SR/PF/SP. Isto reduz o custo administrativo do contrato, reduz duplicidade de trabalho e permite que as unidades tenham mais tempo e recursos para suas atividades precípuas.

9.1 A contratação pretendida trata de serviço de intermediação de estágios, item único e de pequeno valor, de modo que o parcelamento não traria vantagem visível.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes com o objeto da presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 EA presente contratação está em linha com o Planejamento do órgão, tendo sido devidamente inserida no Plano de Contratações Anual de 2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Auxílio no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, bem como a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e o órgão, visando inserir os estudantes no ambiente do mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não se vislumbram necessidades específicas de adequação do ambiente do órgão para que a contratação surta efeitos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Devem ser observadas todas as exigências ambientais da legislação pertinente e as recomendações e critérios do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU) no que couber.

14.2 Os possíveis impactos ambientais devem ser diminuídos através da gestão de riscos pela empresa Contratada, que deverá seguir os requisitos de sustentabilidade estabelecidos no Termo de Referência e orientar os estagiários a serem contratados e seus funcionários na adoção de práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;
- d) Adoção de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

14.3 Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 /01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010:

- a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto do Estado de São Paulo nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança e EPI que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- d) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- e) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- f) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas questões colocadas no presente documento, declara-se que a contratação é viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIANA TESTA
AGENTE ADMINISTRATIVO